

Juventude Rural do Vale Verde, Porto Seguro - BA: cidadania e direitos por uma sustentabilidade do território¹

Matheus Lopes da Silva (UFSB)

1. Introdução:

Este estudo emerge a partir de uma pesquisa exploratória que, ao longo dos anos de 2016 e 2017, mapeou as principais Dinâmicas Sociais e Territoriais ocorridas nas últimas três décadas no território que abrange o entorno do Parque Nacional do Pau Brasil, onde se localiza um conjunto de pequenos povoados, incluindo o distrito do Vale Verde, antiga Vila Verde, originariamente o Aldeamento do Divino Espírito Santo. Este levantamento exploratório foi feito por meio de extensas entrevistas estruturadas em 16 comunidades circunvizinhas ao Parque Nacional do Pau Brasil. Assim, os resultados do levantamento inicial, que tinha como principais objetivos a abertura de campo e a identificação de problemas de pesquisa, foram atingidos e são a base para este breve estudo que pretendeu imergir neste território dando atenção especial a juventude que nele habita e produz territorialidades.

O sul e extremo sul da Bahia têm se destacado como uma das regiões mais violentas do Brasil, especialmente no que tange ao assassinato de jovens negros. Enquanto o grande bairro Frei Calixto, Coroa Vermelha e Campinho, em Porto Seguro, têm se apresentado como palco de chacinas e violentas disputas territoriais entre grupos de jovens envolvidos pelo tráfico, ouvimos um alerta importante de um líder do MLT na região, de que esta violência que presenciamos é parte do que se chama, de forma mais genérica, a "violência no campo". Algumas das pequenas cidades agrícolas no entorno de Porto Seguro se notabilizaram por crimes violentos descritos como chacinas (Veracruz, Pindorama, Trancoso). São pequenas vilas próximas a nossa área de estudo que, surpreendentemente, pouco revelou nesse sentido, nas longas incursões realizadas, até o momento.

Esta pesquisa pretendeu examinar com maior cuidado a participação e entrosamento da juventude rural nas atividades econômicas, sociais e culturais dos grupos familiares que têm sido investigados nas comunidades rurais do Vale Verde e, a partir daí,

¹ VI ENADIR, GT12. Interseções da antropologia com os direitos de crianças, adolescentes e jovens

estabelecer conexões entre cidadania e direitos da população rural jovem do território investigado a partir de eixos como educação, violência e participação social. Embora não seja uma pesquisa sobre violência, levou em conta o contexto geral no qual o território em análise está localizado, considerando, se não como parâmetro, a situação de violência entre jovens que atinge estes povoados vizinhos como indicador do risco social causado pela falta de condições de permanência no campo.

Nesse sentido, pretendeu-se colocar o papel da escola e da universidade em pauta. Dar especial atenção aos valores propagados pela UFSB, visto que a mesma possui um potencial bastante significativo de alterar as perspectivas de futuro dos jovens em tela. Foram mapeados diferentes atores e identificados como assentados de reforma agrária, grupos familiares de produtores rurais, povoados que se expandiram a partir de antigas farinhaças, geralmente tocadas por descendentes de indígenas. A inserção de cada grupo na região foi registrada cronologicamente, atentos à relação entre novos, antigos e originários habitantes deste território. Ao todo, foram realizadas 16 entrevistas estruturadas de aproximadamente 3,5 horas de duração cada.

Ainda que, um manancial de informações tenha sido compilado, o que significou uma análise das transformações ocorridas no território, fora percebida a necessidade de aprofundar a visão dos jovens em relação ao futuro do território. Tanto a possibilidade de permanência no campo, quanto a valoração das atividades comuns à economia da agricultura familiar, têm sido tema de estudos que remetem ao papel da Universidade na região. Isso porque o sistema de educação pode gerar valores, entre os jovens, que podem fortalecer ou desqualificar a vida no campo. Qual o grau de envolvimento dos jovens nas atividades comunitárias tanto econômicas como sociais, e qual o limite da sustentação que o território confere à tal participação?

Nas incursões nas comunidades, a adesão de determinados grupos às práticas agrícolas dos pais foi extremamente positiva, assim como a participação da juventude em atividades da Igreja. Surpreendentemente, localizou-se uma quantidade grande de jovens que dão continuidade às atividades econômicas dos pais, entre os agricultores familiares que foram visitados. Também fora identificada uma forte participação nas atividades religiosas, culturais e sociais.

No entanto, pode-se observar "ao pé do olho", de forma seminal, atitudes que remetem ao "habitus" de jovens urbanos ligados aos grupos envolvidos com a nova

violência semiurbana que acomete a Bahia, e que uma das lideranças entrevistadas se referiu como uma modalidade da "violência no campo".

2. O território e o reconhecimento dos atores

O espaço é o lugar onde o território se estabelece. A comunidade (atores do território) chega àquele lugar e o transforma em território, pois sua identificação com ele passa pelo processo de sua ocupação. Raffestin (1993) deixa tal fato claro quando afirma que o espaço é anterior ao território, que quando apropriado como lugar de moradia, por exemplo, torna-se o próprio território. O território por sua vez se dá a partir do espaço, que ao ser ocupado – apropria-se – é territorializado.

O espaço funciona como lugar ou campo de possibilidades, onde será o objeto no momento em que um ator tenha a intenção dele apoderar-se. Ao território desenhado por este autor, existem várias diferenciações, sendo estas dadas pela hierarquia, ordenando esse território de acordo com a importância conferida pelos indivíduos ou grupos (atores) nas suas diversas ações neste espaço (RAFFESTIN, 1993).

O território é um espaço demarcado conforme as relações de poder e essa ideia é essencial para compreender sua origem ou o empenho por tomá-lo ou mantê-lo. Souza (2003) coloca o território aliado ao poder, e seu domínio é marcado pela violência, que se apresenta como momento em que esse poder, ou território aqui colocado, está por ser perdido. Fenômeno esse que desde os primórdios do processo de colonização do nosso país iniciado na região do extremo sul baiano, chamada de “Costa do Descobrimento”, corre em torno dos conflitos por território.

Milton Santos (2002) aponta que existem três matrizes nas relações dos indivíduos com o território que ocupam, e elas se interpelam entre si. A primeira delas é a definição como a matriz da vida social. Nessa definição, uma sociedade, seja ela organizada de que forma for, estabelece uma relação com o território intimamente desde o nascimento dos indivíduos como de seus ancestrais. Trata-se da relação de pertencimento à da vida com o local da mesma, unindo todos os indivíduos da sociedade pelo laço da terra, de terem sua origem no mesmo solo. A segunda matriz abordada é a econômica, que podemos interpretar numa visão de dependência daquela sociedade com aquilo que a terra, como território próprio, pode fornecer para o sustento e desfrute dos indivíduos que dela

dependem. E a última é a matriz política, que basicamente define como e por quais indivíduos aquele território é gerido (SANTOS, 2002).

Todos os grupos passam por modificações ao longo de sua perpetuação no tempo, porém, algumas mudanças - principalmente no território e nos processos de territorialização -, podem alterar não só o espaço, mas também a forma como os indivíduos desenvolverão a sua cultura, na maioria das vezes, sendo necessárias adaptações para manter seus costumes e tradições vivos no tempo/espaço.

Quando pensamos no povoado do Vale Verde, conhecido entre os cidadãos de Porto Seguro e pelos visitantes turistas que frequentam a região como o mais antigo aldeamento Jesuíta no Brasil ainda no século XVI, visualizamos a imagem da pequena vila, dona de um belo “quadrado jesuítico” de casinhas coloridas, semelhante aquele de Trancoso. No entanto, por não estar, como Trancoso, diante da mesma vista esplendorosa para o mar, praias brancas e ricos coqueirais, o Vale Verde² não se projetou internacionalmente como um destino turístico para uma elite privilegiada. Embora se tenha localizado atores de outras áreas de atividades econômicas, descobriu-se, na primeira fase da pesquisa, um mosaico de tipos diferentes de campesinato convivendo na região.

A princípio, todos os entrevistados na primeira etapa da pesquisa se auto identificaram em relação a ocupação da terra como lavradores e seus pais também eram identificados nesta mesma função. Dentro desta perspectiva de função principal e ocupação da terra, estabelecemos uma divisão categórica destes lavradores entrevistados quanto aos relatos colhidos, à origem, modos de produção e uso da terra. As quatro categorias as quais se subdividiram os atores são: a) os nativos moradores do quadrado do Vale Verde, os b) os capixabas, c) produtores de farinha de mandioca, e) os horticultores dos assentamentos de reforma agrária.

Embora tenha sido realizada uma divisão destes grupos para tal pesquisa, um debate importante a respeito do conceito de juventude precisa ser posto para que melhor seja compreendido os imbróglis socioantropológicos que enfrentam esses atores tão plurais que são simplificados neste conceito homogeneizante.

² A vila foi incluída como parte do conjunto arquitetônico e paisagístico inscrito no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico no momento da rerratificação do perímetro da área de tombamento pela Portaria Ministerial nº140 de 2000.

2.1 As categorias “Juventude” e “Juventude rural” em questão

A temática da juventude mesmo sendo considerada como um objeto de investigação secundário (WULLF, 1995), tem para si um considerável arcabouço de publicações, principalmente recortada para a juventude urbana. Mas, no que tange a categoria “juventude rural”, os referenciais são bem mais escassos dando possibilidade de abordar a questão como um campo temático em potencial, principalmente quando estabelecemos um recorte local (zona rural do município de Porto Seguro - BA), onde é praticamente nula de referencial bibliográfico.

Das produções que existem sobre a temática, estão elas distribuídas entre diversos recortes e abordagens metodológicas. Para Castro (2005):

Três movimentos ou momentos (que eventualmente são sincrônicos) se desenham: a definição da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; a definição substancializada/adjetivada da categoria; e a crítica a esses recortes e busca de outros vieses. Atravessando essas abordagens aparece com frequência a associação de “juventude” e “jovem” à determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social (p.19)

De fato a categoria é explorada na base de conceitos generalizantes por grande parte dos que se propuseram a dissertar sobre o tema, onde a mesma é construída a partir de situações as quais geram para ela adjetivações e marcadores, como por exemplo, a “rebeldia”. Isso implica dizer que há uma ausência nesta construção de categoria de uma análise importante para o cenário sociopolítico e econômico atual, da própria percepção e entendimento da definição dos próprios atores jovens sobre a identidade que lhes são atribuídas.

Um dos questionamentos pioneiros feitos pela sociologia sobre a categoria juventude vem do sociólogo francês Pierre Bourdieu em 1983. O autor estabelece uma reflexão sob uma questão chave: a juventude é apenas uma palavra? Em sua perspectiva, tanto a juventude como a velhice são conceitos dados em si, mas categorias socialmente construídas quando posto em confronto uma pela outra. Bourdieu (1983) vai dizer que são muito complexas as relações entre os movimentos elencados a priori, a idade biológica do indivíduo e sua idade social. É de extrema importância perceber a fragilidade em aglutinar todos os jovens como se fossem um grupo social homogêneo, com as mesmas perspectivas

e cosmovisões utilizando simplesmente como critério, a idade biológica. Isso por si só já caracteriza uma manipulação de um idade biologicamente definida.

Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderemos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. (BOURDIEU, 1983)

Uma importante análise feita por outra ótica sobre esse tema é uma abordagem que coloca em oposição as condições geracionais. Para Foracchi (1972), quando a idade biológica não é o suficiente para determinar a condição limite de representação do jovem, a juventude vai se configurar como etapa do ciclo de vida no qual o indivíduo está exposto as crises do sistema, visto como uma representação de uma nova possibilidade de existência social. Segundo Margulis (1996):

A Juventude se ergue como vanguarda portadora de transformações, evidentes ou imperceptíveis nos códigos culturais, e incorpora com naturalidade as mudanças nos costumes e nos significados que foram objetos de luta para a geração anterior; sua sensibilidade, sistema perceptivo, visão das coisas, atitude frente ao mundo, sentido estético, concepção do tempo, valores, velocidades e ritmos, nos indicam que estão habitando com comodidade um mundo que nos vai deixando para trás (9p.)

De fato, uma considerável bibliografia que discute as possibilidades e limites da categoria juventude, existe e traz alternativas para pensar e enquadrar problemas de pesquisa à realidade social e cultural que é encontrada em campo. As limitações desta categoria por vezes, ultrapassa a interseccionalidade dos corpos considerados jovens e, pode ser nessa sobreposição de identidades sociais que se perdem valiosíssimas informações para a compreensão dos modos de vida e sociabilidade da juventude em questão, a juventude rural.

A juventude brasileira não pode ser compreendida como um bloco que é privilegiado ou atingido pelos mesmos fatores socioeconômicos e culturais, por isso a importante necessidade da busca pela composição de um traço regional dessa categoria que poderá, futuramente, ser compreendida e ter seus anseios atendidos pela sociedade e principalmente, pelas políticas públicas as quais o Estado é responsável. Ser jovem no Brasil já é um desafio pela instabilidade, rotulação e pressão rumo a independência da vida adulta. Ser jovem no Brasil e pertencer aos setores populares, "jovens pobres, filhos de

trabalhadores rurais e urbanos [...] e segmentos oriundos das classes médias urbanas empobrecidas, que fazem parte da ampla maioria juvenil brasileira e que podem, ou não, estar no horizonte das ações públicas”³ é estar sujeito a possibilidade de não atendimento de suas necessidade por parte do Estado simplesmente pelo fato do não reconhecimento como sujeitos de direitos.

Visto que o foco desta pesquisa gira em torno, especificamente, da juventude rural e não somente da juventude, é essencial que a observemos sob uma ótica multidimensional para que se visualize os significados plurais, embora haja especificidades locais, que essa construção identitária carrega. O próprio fazer antropológico, sem dúvidas, é um instrumento que auxilia na percepção das pluralidades e possivelmente auxilia na investigação etnográfica de uma temática que por recorrentes vezes é o ponto de gatilho de vários trabalhos sobre a juventude rural: as rupturas e continuidades intergeracionais, colocando como referencial a migração para os centros urbanos.

Apesar de o referencial teórico estabelecer importantes tópicos, no que diz respeito à composição da identidade dos sujeitos que são aglomerados nas categorias aqui trazidas, os critérios de abordagens da categoria juventude rural devem ser observados juntamente com outras características próprias de práticas econômicas e sucessórias. As rupturas e as sucessões no que tange aos modos de vida/produção da população camponesa no território em questão, são definidos por uma série de fatores pelos quais os jovens são atravessados dentro de seus próprios ambientes familiares. Além da perspectiva econômica na qual os não jovens creditam a maior expectativa sobre a geração *da vez*, o acesso à educação e o contato com a violência no campo representam uma significativa influência na construção das identidades dos jovens que ali habitam. Estar no papel de pesquisadores jovens carregando o nome da universidade nas visitas de campo com toda certeza, suscitou em muitos dos atores do território a discussão de possibilidades de vínculos futuros que poderiam ser estabelecidos e a oportunidade dos jovens buscarem na academia, um incremento de saber técnico para o desenvolvimento sustentável das práticas existentes no território.

³ (Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais, Ação Educativa, 2005, disponível em <<http://www.casadajuventude.org.br/media/juventudenobrasil.pdf>>, página 25)

2.2 Educação e violência no campo: A universidade e direitos em perspectiva

Falar sobre violência, como um tema global na atualidade, é considerar a mesma como um problema social que traz desdobramentos no desenvolvimento individual e coletivo em nossa sociedade e, conseqüentemente, se torna um grande desafio para o poder público que possui o dever de elaborar e aprimorar políticas públicas para amenizar e até mesmo disseminar tal problema. O conceito de violência, numa perspectiva social, trata-se de uma forma de relação baseada na coação e no uso intencional da força (Chauí, 2010) que é produzida e determinada pela inter-relação entre fatores individuais, relacionais e contextuais (Minayo, 2013). Se trata de um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade.

O perfil da mortalidade por causas externas no Brasil segue a tendência mundial, em termos de maior incidência sobre o sexo masculino e faixas etárias jovens, estando mais concentrada em regiões metropolitanas.

A violência contra a juventude negra no Brasil atingiu índices alarmantes e precisa ser enfrentada com políticas públicas estruturadas que envolvam as diversas dimensões da vida dos jovens como educação, trabalho, família, saúde, renda, igualdade racial e oportunidades iguais para todos. Os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população brasileira e estão entre as maiores vítimas de homicídios. Vale lembrar que essas mortes tem uma geografia [...] (BRASIL, 2017).

Reiteradamente, a bibliografia mais recente - que associa juventude ao tema da violência -, determina o principal grupo de risco: a população jovem, negra, de baixa renda, com baixa qualificação profissional e sem perspectivas no mercado de trabalho formal. São membros das camadas sociais em total exclusão, que conforme cita Vethencourt (1990), nunca teriam se exposto à delinquência se tivessem outras opções de percursos honestos e sadios para suas vidas.

As causas estão associadas às extremas desigualdades sociais, que se aprofundaram ainda mais a partir da década de 80 (Minayo, 1993); à existência de um estado omissivo e ineficiente na dotação de políticas sociais básicas; às contradições urbanas e de políticas no campo; em síntese, à ausência de um projeto nacional capaz de integrar o grande grupo de risco. Esta situação estrutural é agravada, conjunturalmente, pela organização do crime em torno do narcotráfico e do uso de drogas nos grandes centros urbanos, fenômeno que, além de atrair grandes contingentes de jovens - inclusive os do campo que possibilitam uma

capilarização desse mercado -, envolve autoridades públicas e empresários penetrando em todas as camadas sociais.

Infelizmente, os dados que representam a realidade da região de Porto Seguro, especialmente da zona pericentral do município⁴ chegando a zona rural, não apresentam uma boa perspectiva diante do cenário nacional.

No ano de 2010 foram registrados 98 óbitos de jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos, no município de Porto Seguro, dado que representa uma taxa de 5,5 óbitos para cada 1.000 habitantes com este perfil, valor superior ao do estado (3 óbitos por 1.000 hab.) e ao do Brasil (2,4 óbitos por 1.000 hab.) (Relatório Viva, 2014).

De acordo com os dados do Sistema e Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, no ano de 2011 ocorreram 129 homicídios no município, entre esses, 66 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 58 jovens negros.

Um importante fator para considerarmos os dados captados sobre os índices de violência contra jovens na faixa etária de 15 a 29 anos em Porto Seguro, é a vulnerabilidade socioeconômica. Além da composição de renda desses jovens, o que se percebe como um fator de importante redução da média final do IDH do município é o déficit na educação pública do município. Com base nos dados do Censo 2010, verifica-se que o município possuía 3.730 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses, 76,5% são negros. Conforme o Plano Juventude Viva, em relação ao ensino superior, 15.684 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do ensino superior, sendo que 77,8% desses jovens são negros.

A direção que compõe as trajetórias escolares dos sujeitos do campo apontam para uma perspectiva nova no cenário rural⁵. Considerar os jovens do campo, concluindo suas formações no ensino básico e médio e ingressando no ensino superior, é um êxito para as administrações públicas quando comparado à perspectiva histórica do cenário nacional, embora este não seja o caso do município de Porto Seguro (que vem apresentando melhora em seus índices, mas não alcançou as últimas metas projetadas). Considerar “o prolongamento da escolarização para além do ensino fundamental é relativamente recente entre os filhos de agricultores” (ZAGO, 2016, p. 64).

Daí então, é necessário identificar na região o papel que vem desempenhando a

⁴ Especificamente os distritos de Caraíva, Trancoso, Arraial D’Ajuda e Vale Verde.

⁵ O acesso das populações do campo a outros níveis e etapas educacionais ainda é muito desigual e inferior ao registrado entre grupos urbanos.

administração local e quais instituições seriam capazes de modificar e auxiliar de maneira que os objetivos na área da educação não sejam somente alcançados, mas ultrapassados.

A UFSB está inserida no território sul baiano desde o ano de 2013, quando iniciou seus trabalhos de implantação e desde então, a instituição aparece como uma força de atuação na perspectiva do desenvolvimento regional e mudança no cenário local em todos os níveis da educação. A implementação desta universidade federal na região teve como um dos fundamentos básicos o fortalecimento da educação básica nos municípios que sua área abrange considerando a importância da formação educacional sólida capaz de inserir os indivíduos na formação profissional e possibilitar mobilidade social para grupos subalternizados (Plano Orientador, 2014, p. 86).

A educação de fato é um instrumento de emancipação dos indivíduos e, a possibilidade de acesso ao ensino superior gratuito, permite que o jovem do campo adquira uma formação que seja capaz de promover em sua unidade de produção familiar uma mudança cultural.

No meio rural brasileiro, as condições dos jovens, filhos de agricultores familiares, são diversas. Há aquelas famílias bem estruturadas economicamente, existem as famílias com relativa estruturação e as famílias com insuficientes condições econômicas. Grosso modo, os filhos que acessam a política educacional são aquelas famílias que possuem relativa estruturação econômica, pois os gastos em torno da universidade ainda colocam a família numa condição peculiar (REDIN, 2017).

Nesta perspectiva, as visitas ao campo de pesquisa possibilitaram reconhecer junto aos jovens na zona rural, as condições de continuidade na formação educacional e suas perspectivas de acesso ou permanência no ensino superior. Propositalmente, no formulário de entrevista aplicado junto aos jovens, as perguntas relacionadas ao entendimento sobre as questões ligadas à violência no campo e a presença da UFSB no território, possibilitaram a identificação de um fenômeno de extrema importância que gera consequências significativas na sustentabilidade deste território. A impossibilidade da continuidade da produção nas terras herdadas da família em consequência do proporcão das propriedades para o sustento mínimo é um fatores que contribuem para a marginalização dos jovens no campo e, conseqüentemente, a ruptura com as práticas no território. Este fenômeno coaduna com o envolvimento dos jovens à violência no campo segundo relatos de não jovens e jovens do território.

É perceptível na realidade local, considerando o cenário rural, que mesmo com 5 anos de início de funcionamento, a UFSB ainda não conseguiu alcançar a juventude rural da região do Vale Verde. Atualmente, a mesma recebe apenas duas estudantes, estando apenas uma delas dentro da categoria *jovem rural*. A política universitária no intuito de atrair essa categoria numerosa na região deve ser repensada e reconstruída de maneira que considere as particularidades deste grupo e não se perca em erros cometidos por outras instituições interioranas como aborda Redin (2017):

A clivagem dos seus conhecimentos rurais anteriores ao ingresso no ensino superior é pouco explorada até mesmo em cursos voltados à ciência rural. Nesse sentido, o conhecimento empírico é trocado pelo constante aperfeiçoamento do conhecimento técnico e teórico (REDIN, 2017).

O que a pesquisa de campo revelou, foi a grande quantidade de jovens fora do ensino superior e um interesse por parte dos jovens em ter a UFSB como possibilidade de continuar os estudos no ensino superior público, tendo a possibilidade de optar entre cursos das ciências rurais. Além de que os depoimentos dos jovens e não jovens durante as incursões a campo revelarem de maneira geral, uma visão positiva sobre as possibilidades e as condições que a região oferece favoravelmente para a perpetuação das práticas agrícolas.

3. Discussão

Os estudos de campesinato na contemporaneidade com o aporte teórico existente, têm permitido estabelecer conexões importantes para pensar os modelos de desenvolvimento e ocupação do território numa visão panorâmica e interdisciplinar. Pensar os mecanismos de sustentação de determinada população a partir de seus modos de vida ou *habitus*⁶ em um contexto localizado, é também identificar as possibilidades e oportunidades que o território apresenta a comunidade na relação da cidadania e o acesso aos seus direitos. A intenção de apresentar o tema em questão pela ótica dos fatores abordados (território, violência no campo, reconhecimento dos atores e educação) se justifica pela importância que os atores do território atribuíram a elas durante todo o período de pesquisa a campo.

⁶ Identifica-se: Uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. Bourdieu, Pierre (1996). *Razões Práticas: Sobre a Teoria Da Ação*. [S.l.]: Papirus.

Deste modo, observando a existência de desigualdades socioeconômicas dessa população e em específico, a juventude rural do Vale verde, resgata-se em Marshall (1977) a noção de que “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”. Também segundo o autor, na cidadania há a exigência da existência de um elo comum baseado no sentimento de participação direta, que no caso dos jovens de Vale Verde, é a própria noção de território e ímpeto em perpetuar suas práticas visando uma sustentabilidade do mesmo.

O sentimento de pertença ao território e as moralidades camponesas específicas identificadas, norteiam estes indivíduos de maneira a garantir por meio de alguns instrumentos, a operacionalização da tal cidadania em questão. A educação aqui fora identificada como um dos mais significativos instrumentos. “O status adquirido por meio da educação acompanha o indivíduo por toda à vida com rótulo de legitimidade, porque foi conferido por uma instituição destinada a dar aos cidadãos seus justos direitos” (MARSHALL, 1977).

De acordo com a segunda edição de “Direitos da População Jovem: um marco para o desenvolvimento” (2010), que constrói reflexões a partir de valores democráticos e éticos no que se refere aos direitos da categoria em questão, o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (1994) definiu como tema central, a educação na promoção de direitos sendo o seu acesso de caráter universal “de qualidade, com ênfase na educação primária e técnica e no treinamento profissional”.

Para além dos direitos fundamentais elencados no artigo quinto da constituição federal, algumas legislações reconhecem dimensões dos povos e comunidades tradicionais e dos agricultores e agricultoras sendo essenciais como forma de criar as bases necessárias ao real engajamento das e dos jovens na agenda de desenvolvimento sustentável com crescimento econômico e equidade social do território. A exemplo, internacionalmente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reconhece o direito desses indivíduos de terem respeitados pelo Estado o direito ao livre uso dos recursos naturais participando de sua administração nos territórios. A Constituição Federal também reconhece a prática tradicional de determinados grupos como patrimônio histórico e

cultural do Brasil, prevendo a proteção dos modos próprios de fazer, criar e viver desses povos e comunidades. (PACKER, ALMEIDA e REIS, 2011)

4. Conclusões

Desde o início das pesquisas no campo do Vale Verde, o território e todas as suas maneiras de ser encarado tem sido o principal elemento de interseção entre as possíveis investigações já identificadas. Imprescindivelmente, o projeto inicial se estabeleceu como um alicerce e facilitador para enxergar as lacunas de informações e possíveis problemas de pesquisa como este, a juventude rural do Vale Verde e suas perspectivas de desenvolvimento no território.

De uma forma consistente, mas ainda com lacunas que necessitam ser descobertas e aprofundadas, este estudo demonstrou que há um entrosamento para lá de cultural e social da parte dos jovens para com a comunidade. Os relatos colhidos e as vivências captadas no exercício etnográfico em campo, demonstraram a capacidade e ímpeto de perpetuação das práticas da agricultura familiar que movimentam a economia da localidade pelos jovens. Além disso, a percepção da noção de pertencimento e responsabilidade sobre o território demonstrou que os jovens do Vale Verde de maneira geral, estão conscientes do papel que exercem dentro dos núcleos familiares e conhecem o histórico das dinâmicas territoriais enfrentadas pelas famílias até a composição atual de comunidade e território.

Os estudos sobre a juventude rural brasileira são importantíssimos para a compreensão de um futuro que se constrói a partir de gerações que cada vez mais, enfrentam mudanças e necessitam de criatividade para lutar e construir instrumentos coletivos e novos direitos para assegurar e consolidar seus territórios e seu modo de vida, ou seja, os seus direitos. As rupturas e as sucessões, no que tange aos modos de vida/produção da população camponesa no território em questão, são definidos por uma série de fatores pelos quais os jovens são atravessados dentro de seus próprios ambientes familiares. Estes fatores apresentados ao longo desta investigação sobre a juventude no território, a exemplo da dificuldade de continuidade na produção, a troca do trabalho no campo por um trabalho na cidade devido a falta de capacidade da propriedade da família de subsidiar renda, a dificuldade com relação à escolaridade desde a educação básica até o nível superior, a violência medida através dos índices de mortalidade da juventude na

região e o avanço do crime organizado e tráfico de drogas na região pericentral e rural do município.

A UFSB vem se constituindo como uma potente força agente capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável do território em questão. Os jovens reconhecem a importância de uma instituição de educação pública superior de qualidade na região e ainda pouco informados sobre o modelo da UFSB, conseguem entrever suas capacidades mas também, as omissões com relação ao potencial e responsabilidade que carregam os sujeitos deste estudo com o desenvolvimento rural.

O cenário político nacional atual, que não valoriza a produção oriunda da agricultura familiar e tampouco pretende investimento nesta área, junto ao cenário político local que não compreende os modelos de produção e as práticas socioeconômicas, que se sustentam no território, criam uma atmosfera de baixa interferência e suporte do poder público no que se refere ao apoio e impulsão do desenvolvimento local. As políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar devem ser estimuladas e novas políticas destinadas a juventude rural devem ser pensadas numa perspectiva multidimensional que considere as particularidades desta categoria como ela realmente transforma o território e que considere seus direitos o pleno exercício da cidadania.

5. Referências

ATLAS DA VIOLÊNCIA (2018). Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. Secretaria Nacional de Juventude. São Paulo, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

CHAUÍ, M. S. **Convite à filosofia** (14a ed.). São Paulo: Ática. 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

ENCONTRO com Milton Santos: **o mundo global visto do lado de cá**. Direção: Silvio Tandler. Caliban Produções Cinematográficas, 2002 [produção], 89 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mn> Acesso em: 22 fevereiro de 2019.

FORACCHI, M. M.m (1972), **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira.

MARGULIS, M. “La Juventude es más que una plabra”, in MARGULIS, M. (org.), “La Juventude es más que una plabra”. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARSHALL, Thomas Hamprey. **Cidadania, classe social e status**. Trad. de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

PACKER, Larissa Ambrosano; ALMEIDA, Ana Carolina Brolo de; REIS, Maria Rita. **Biodiversidade como Bem Comum: Direitos dos Agricultores, Agricultoras, Povos e Comunidades Tradicionais**. Terra de Direitos, 2011.

RAFFESTIN. C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REDIN, Ezequiel. **Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior**. *Educ. rev.*, Curitiba, n.63, Mar. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. acesso em 13 de Maio de 2019.

PORTO SEGURO, Secretaria municipal do trabalho e desenvolvimento social. **Relatório: Plano juventude Viva 2014**. Superintendência de projetos para infância e juventude. Porto Seguro. 2014.

SILVA, Vera Terezinha Carvalho. O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida, sustentabilidade social e ambiental. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007.

SOUZA, M. J. L. de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I.E. C Geografia: Conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

UNVPA, Fundo de População das Nações Unidas. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. -- 2. ed. -- Brasília, 2010.

VETHENCOURT, J. L. Psicología de la violencia. **Gaceta de la Asociación de Profesores de la Universidad de Venezuela**, 62:5-10, 1990.

WULFF, Helena. “**Introduction: introducing youth culture in its own right: the state of the art and new possibilities.**” In AMIT-TALAI, V. e WULFF, H. (orgs.) *Youth Cultures – a crosscultural perspective*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.

ZAGO, N. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, mar. 2016.